

MESA 3: RELATORIA

ALANA FRIES¹
UFRGS

Nos dias 9 e 10 de novembro de 2015, realizou-se, no auditório do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), localizado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o seminário *Ações Afirmativas no PPGAS/UFRGS: diálogos com experiências de inclusão e permanência de estudantes indígenas, negros e pessoas com deficiências na universidade brasileira*. Organizado pela Comissão de Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRGS, o primeiro dia do evento foi dedicado a discussões a respeito de experiências na pós-graduação em Antropologia no Brasil; o segundo, às experiências com Ações Afirmativas dentro da UFRGS.

Este é um relato da terceira e última mesa do evento, que ocorreu na manhã do dia 10 e foi dividida em dois momentos: no primeiro, compuseram a mesa Karen Bruck, José Rivair Macedo, Danilo Braga, Maria Aparecida Bergamaschi, Zaqueu Claudino e Bruno Ferreira; no segundo, José Carlos dos Anjos, Liliana Passerino, Felipe Mianes e Marcus Moraes. A sessão foi coordenada pela professora Ceres Gomes VÍctora, também da UFRGS.

Karen Bruck

¹ Aluna do curso de Bacharelado em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS). E-mail: friesalana@gmail.com.

Representante da Coordenadoria de Acompanhamento do Programada de Ações Afirmativas² (CAF) da UFRGS, Karen apresenta um breve histórico do órgão e fala sobre sua atuação dentro da universidade. Salienta a iniciativa inovadora da UFRGS de criar um órgão de gestão específica para as ações afirmativas.

Menciona que a UFRGS começa agora a pensar em reserva de vagas para os programas de mobilidade, e dá como exemplo a trajetória do aluno de Ciências Sociais José Luis Antarki, quéchua, que ingressou na universidade através do processo seletivo específico para estudantes indígenas³ e, no ano de 2014, através do programa Erasmus Mundus⁴, realizou mobilidade para a Universidade do Porto, em Portugal. (A mesa foi aberta com a exibição de um vídeo-depoimento do aluno sobre sua experiência, disponível na internet.⁵)

Karen encerra a fala compartilhando sua experiência durante uma atividade chamada *Diálogo com a cultura mbyá-guarani*⁶, uma parceria entre a Universidade e a Tekoá Mindó Mirim, localizada em Itapuã, Porto Alegre. Nesta atividade, um grupo de alunos, professores e funcionários passa um dia na aldeia mbyá-guarani, na companhia de seus residentes, participando de atividades propostas por eles. Ela comenta que a experiência foi cansativa, pois passou o tempo inteiro pensando em como deveria se comportar, preocupada em talvez não conseguir perceber convenções invisíveis. Assim, diz que seu desconforto a fez refletir sobre

² Criada em 2012, a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas, ligada à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica, é responsável por acompanhar os estudantes que ingressam através do Programa de Ações Afirmativas, bem como supervisionar, avaliar e propor mecanismos de aperfeiçoamento do Programa. Ver: <<http://www.ufrgs.br/acoesaafirmativas/coordenadoria/sobre-a-caf>>.

³ Na UFRGS, o ingresso de estudantes indígenas se dá através de um processo seletivo específico que foi implementado em 2008, juntamente com a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e estudantes autodeclarados negros. Ver: <<http://www.ufrgs.br/coperse/processos-seletivos/estudantes-indigenas/pse-estudantes-indigenas-2015>> e <<http://www.ufrgs.br/acoesaafirmativas/acoesaafirmativas/historico-do-programa-na-ufrgs>>.

⁴ *Erasmus Mundus* é um programa de mobilidade criado e financiado pela União Europeia. Fornece bolsas para estudantes que queiram cursar mestrado, doutorado ou fazer um intercâmbio para desenvolver seus estudos ou pesquisa em universidades europeias. Ver: <http://eacea.ec.europa.eu/erasmus-plus_en>

⁵ O vídeo está disponível neste endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=UyJiNTdoG1U>>.

⁶ Atividade realizada através de parceria entre o Museu da UFRGS e a Tekoá Pindó Mirim destinada a servidores docentes, técnico-administrativos (ação de capacitação) e estudantes. No ano de 2015, ocorreu a terceira edição da atividade, que tem sido dividida em três etapas: 1) aula preparatória ministrada pelo Cacique Vherá Poty, 2) um dia de visita e vivências na comunidade e 3) um encontro posterior para reflexão a respeito da experiência. Ver: <<http://www.ufrgs.br/museu/dialogo-com-cultura-indigena-guarani-mbya-2013-iii-edicao>>

como poderiam se sentir os estudantes indígenas que passam *anos* da universidade, não apenas um dia.

José Rivair Macedo

Representante do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHist) da UFRGS, o professor José Rivair informa que estão ocorrendo os debates necessários para que seja implementado um sistema de reserva de vagas no PPGHist, e que há a possibilidade de isso acontecer já a partir do próximo processo seletivo.

Fala de sua experiência como orientador de mestrado de Hilton Costa⁷, o primeiro aluno negro do PPGHist, segundo José Rivair. Já a respeito de sua experiência como coordenador do PPGHist, o professor chama a atenção para o fato de que há (ou havia), no Programa, uma certa dificuldade em aceitar alunos que buscavam pesquisar assuntos que ainda não têm (ou tinham) “tradição” dentro da academia, ou que não correspondem exatamente aos limites das linhas de pesquisa; uma falha da instituição em aceitar outras epistemologias que se apresentam junto com os alunos de grupos social e culturalmente diferenciados, cujas trajetórias pessoais não podem estar desvinculadas de suas trajetórias acadêmicas. Ele chama isso de “racismo epistemológico”, e menciona a “incorporação de referenciais epistemológicos diferenciados” e o “empoderamento intelectual” como ações necessárias.

Danilo Braga

Kaingang, graduado em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí e mestre em História pela UFRGS⁸, Danilo é, atualmente, professor na escola indígena da Terra

⁷ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com dissertação intitulada *Horizontes raciais: a idéia de raça no pensamento social brasileiro (1880-1920)*, defendida no ano de 2004. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná com tese intitulada *O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a Reforma Eleitoral de 1881*, defendida em 2014.

⁸ Sob orientação do prof. Eduardo Neumann, Danilo defendeu, em 24 de abril de 2015, sua dissertação de mestrado, intitulada *A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)*.

Indígena de Serrinha⁹. Conta que, até o ano de 2001, as escolas em áreas indígenas ofertavam apenas das séries iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, até a 4ª série. Depois disso, era preciso sair para estudar em escolas não indígenas. Foi o que ele fez. (Menciona que, atualmente, as escolas das aldeias já contam com todas as séries do Ensino Fundamental; e a implantação do Ensino Médio está começando agora, mas não fica claro a quais escolas ele se refere.)

Através de um convênio que existia entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e diversas universidades brasileiras, no início da década de 1990, conseguiu ingressar na universidade, em 1995. Contudo, àquela época, a Funai já havia cortado uma parte dos recursos, e os alunos teriam que se responsabilizar por 50% do valor das mensalidades, valor com que ele e os demais estudantes indígenas não poderiam arcar. A partir desse momento, organizam-se politicamente para buscar auxílios institucionais para permanência dos alunos indígenas no Ensino Superior, conseguindo bolsas de estudos a que chamam “Bolsa da Alemanha”, financiadas por um projeto alemão existente até hoje, sobre o qual não pude obter mais informações.

Terminando a graduação, tornou-se cacique da Terra Indígena do Ligeiro¹⁰, posição que exerceu entre 2001 e 2005, quando começou a se preparar para ingressar no curso de mestrado. Para cursar a pós-graduação, obteve auxílio da Fundação Ford¹¹, sendo o primeiro estudante indígena a ingressar no PPGHist da UFRGS.

Maria Aparecida Bergamaschi

Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS, a professora Cida faz uma apresentação do PPGEdu, resumindo sua história e fornecendo alguns dados sobre a situação, atual e passada, do Programa de Ações Afirmativas dentro do PPGEdu.

⁹ Localizada no Município de Ronda Alta, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Localizada no Município de Charrua, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

¹¹ O Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford – International Fellowships Program (IFP) contempla, com bolsas de mestrado e doutorado, estudantes de segmentos sociais que historicamente têm acesso restrito à pós-graduação. Ver: <http://www.programabolsa.org.br/ifp_brasil.html>.

Considera que o PPGEduc tem uma postura de acolhimento para com todos os estudantes e abre espaço para a pluralidade de perspectivas.

Salienta que estudantes negros estão presentes no PPGEduc desde os anos 70/80, mencionando em especial a professora Petronilha¹². Quanto a estudantes indígenas, dois já concluíram o mestrado e outros dois estão atualmente cursando. Menciona Zaqueu Claudino, kaingang, primeiro indígena a obter o título de mestre na UFRGS, também presente na mesa. Explica que os estudantes indígenas contemplados com a bolsa da Fundação Ford não precisam fazer a prova de seleção, pois não estão concorrendo a outras bolsas. Explica também que o PPGEduc considera “critérios sociais” para distribuição das bolsas.

Atualmente orientando seu terceiro estudante indígena, Cida considera a “escrita desocidentalizada” dos alunos indígenas uma grande contribuição ao mundo acadêmico; a prova de proficiência em língua estrangeira, um forte desafio para o ingresso desses estudantes; e o “acolhimento epistemológico” e a melhoria das políticas de ingresso e permanência, necessidades imediatas.

Zaqueu Claudino

Kaingang, graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Metodista IPA (2009) e mestre em Educação pela UFRGS (2013)¹³, o professor Zaqueu inicia sua fala com uma apresentação de sua trajetória, deixando claro que ainda se considera um aprendiz, pois, segundo lhe foi ensinado, a sabedoria indígena só se alcança depois de “duas taquaras” (aproximadamente 60 anos). Atualmente é diretor da escola da Terra Indígena de Guarita¹⁴ e coordenador do Ensino Médio Politécnico na mesma localidade.

¹² Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Mestre em Educação pela UFRGS (1976-1979) com dissertação intitulada *Estrutura da demanda e da oferta de dados para o planejamento educacional – Um estudo de caso*. Doutora em Educação pela UFRGS (1983-1897) com tese intitulada *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro*. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

¹³ Sob orientação da professora Maria Aparecida Bergamaschi, obteve título de Mestre em Educação com dissertação intitulada *A formação da pessoa nos pressupostos da tradição: educação indígena kaingang*.

¹⁴ Localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ocupa parte dos municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco.

Conta que foi instigado a estudar por um funcionário da Funai, que, na época em que ele atuava como monitor bilíngue numa escola indígena, disse que Zaqueu não tinha competência para estar trabalhando ali. Quando cursou a graduação, não havia programas de ações afirmativas, de maneira que, quando não estava estudando, vendia artesanato do Parque Farroupilha (Redenção), em Porto Alegre.

Para cursar a pós-graduação, conforme mencionado pela professora Cida, obteve a bolsa da Fundação Ford. Diz que não foi fácil “traduzir” os conhecimentos e métodos para a sua maneira kaingang de ser e pensar, mas que pôde contar com o suporte dos “pajés da academia”, os professores.

Insiste que o ingresso na academia não é tudo. Políticas de acolhimento e de permanência são necessárias. Repete muitas vezes: acolhimento e permanência. Também enfatiza que o conhecimento que os indígenas vão à academia obter deve ser levado para dentro da aldeia, para onde se deve regressar após o fim dos estudos.

Bruno Ferreira

Kaingang, graduado em História pela Unijuí e mestre em Educação pela UFRGS¹⁵, o professor Bruno diz que pertence à “geração que era obrigada a falar português na escola”. Conta em detalhes sua trajetória escolar, compartilhando suas engenhosas estratégias para lidar com o despreparo da escola (e das universidades) para receber os alunos indígenas: “ou você é como eles [brancos] são, ou você não é nada”.

Com muito bom humor, narra situações que entrelaçam sua história pessoal a fortes reflexões a respeito da presença indígena nas escolas e universidades, na sociedade não indígena de modo geral. Não é possível reproduzir aqui sua fala em detalhes, pois suas potências estão vinculadas à performance do narrador, Bruno.

Encerra sua participação com um óbvio que precisa ser dito: “O indígena tem voz, sim, precisa é do ouvido das pessoas”.

¹⁵ Sob orientação da professora Maria Aparecida Bergamaschi, obteve o título de mestre em Educação com dissertação, defendida em 2014, intitulada *Educação kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar*.

José Carlos dos Anjos

Representante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS, o professor José Carlos faz uma exposição bastante objetiva. Primeiramente, defende que o ponto de partida para se pensar ações afirmativas está em os institutos assumirem que estão despreparados para lidar com a inclusão. Elenca a seguir quatro principais problemas e demandas:

- É necessária a criação de comitês de orientação interdisciplinares para que seja possível atender às novas configurações de projetos e alunos: a tendência atual é transformar diferença em erro, e erro em reprovação. É preciso superar a “maldição da tolerância”, ou seja, atualmente apenas tolera-se o diferente, não se dialoga com a diferença, com alunos que carregam outras linguagens.
- Os processos seletivos precisam considerar as diferenças desde o início. É preciso “assumir” os processos seletivos diferenciados. É preciso assumir que “somos [os professores] incompetentes para orientá-los [alunos com demandas diferenciadas]”.
- No mesmo sentido de pensar os processos seletivos diferenciados, é também preciso flexibilizar prazos e pensar em avaliações diferenciadas. Ver as ações afirmativas como algo que enriquece os programas, valorizar a identidade de cotista.
- É preciso um engajamento institucional no sentido de evoluir as ações afirmativas dentro da universidade. Deve haver bolsas específicas para alunos dos programas de ações afirmativas. Alunos precisam ser apreciados por suas biografias.

Liliana Passerino

Representante do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS, a professora Liliana inicia sua fala chamando atenção para as deficiências existentes dentro dos programas de ações afirmativas: enquanto os alunos que ingressam pelo sistema de reserva

de vagas contam com um órgão específico de acompanhamento, as pessoas com deficiência são atendidas apenas através do INCLUIR – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade¹⁶, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP).

Traz dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): de 40 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, 800 mil estão matriculadas em alguma instituição de ensino. São 40 mil no Ensino Médio e 29 mil no Ensino Superior. Dentre as 29 mil pessoas com deficiência cursando Ensino Superior, apenas 9 mil estão em instituições públicas.

Declara que a UFRGS não tem atingido as metas de inclusão estabelecidas, que não divulga dados oficiais sobre alunos portadores de deficiências e denuncia também outros problemas de acessibilidade, como, por exemplo, a falta de adaptação no acesso ao Portal do Aluno (ferramenta do site da Universidade através da qual os alunos têm acesso a suas informações acadêmicas e realizam diversas operações burocráticas, incluindo, por exemplo, a matrícula semestral), além de outros problemas relacionados à infraestrutura da Universidade.

Alerta para o fato de que, por despreparo dos programas de pós-graduação, é muito comum que pessoas com deficiência fiquem restritas a estudar a deficiência como linha de pesquisa. Elenca algumas necessidades: 1) real política de inclusão e permanência, 2) mecanismos de acompanhamento dos alunos, 3) flexibilização de prazos, 4) ajudas de custos para cobrir necessidades de materiais adaptados, 5) acessibilidade nos espaços da Universidade.

Felipe Mianes

¹⁶ O INCLUIR – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade foi criado em 2014, tomando para si as atribuições que até então eram do “Programa Incluir”, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação. Seu objetivo principal é ampliar, fomentar e desenvolver ações de inclusão, acessibilidade e permanência de membros da comunidade universitária com deficiências. É o órgão responsável por prover serviços de acessibilidade, como leitores e transcritores, produção de material em braile, *softwares* específicos, tradução e interpretação em LIBRAS etc. Ver: <<http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/incluir>>.

Pessoa com deficiência visual, graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestre¹⁷ e doutor¹⁸ em Educação pela UFRGS, o professor Felipe atualmente é bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Compartilha alguns obstáculos que enfrentou durante sua trajetória acadêmica e convida os presentes a imaginar como fica um livro comum de 200 páginas depois de adaptado para a sua necessidade – fonte 18 e destaque em negrito.

As políticas de inclusão, enfatiza, têm sido feitas *para* as pessoas com deficiência, e não *com* as pessoas com deficiência, como deveria ser. Segundo ele, as pessoas com deficiência dentro da UFRGS precisam resolver as questões uma a uma, pois não há um programa suficientemente abrangente que pense em todas as necessidades como um conjunto. Considera que o que a UFRGS oferece em termos de inclusão e acessibilidade não é suficiente.

Finaliza sua fala dizendo que políticas de ingresso não são suficientes; é necessário trabalhar em direção à igualdade de condições de permanência na universidade. Além disso, é também uma demanda que as políticas de inclusão para pessoas com deficiência sejam tratadas dentro do escopo das ações afirmativas.

Marcus Morais

Pessoa com deficiência visual, graduado em História pela UFRGS e mestre em Educação também pela UFRGS¹⁹, o professor Marcus atualmente leciona numa escola de Ensino Fundamental em Eldorado do Sul (RS).

¹⁷ Sob a orientação da prof. Lodenir Becker Karnopp, obteve, em 2011, o título de mestre em Educação, com dissertação intitulada *Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut*.

¹⁸ Sob a orientação da prof. Lodenir Becker Karnopp, obteve, em 2015, o título de doutor em Educação, com tese intitulada *Marcas de identificação em narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual*.

¹⁹ Sob a orientação da prof. Liliana Maria Passerino, obteve, em 2014, o título de mestre em educação, com dissertação intitulada *Soluções assistivas: dialética dos processos de relações entre pessoas com deficiência e contexto laborais*.

Convida os presentes a pensar sobre o processo seletivo para o Ensino Superior para uma pessoa com deficiência visual: ledor de um lado, lendo a prova, e fiscal de outro, para garantir que o ledor não lhe forneça as respostas, salientando a pressão emocional que a situação gera. Atenta para o fato de que o estereótipo da deficiência não permite que se contemple, por exemplo, a complexidade de se resolver uma equação mentalmente, ou de visualizar um mapa num exercício de Geografia, e como isso demonstra uma grande capacidade de abstração do deficiente visual.

Sobre acessibilidade, comenta a ironia da falta de acessibilidade no próprio acesso às informações sobre as políticas de inclusão da UFRGS. Sobre a infraestrutura da universidade, brinca: “Eu já bati muito nessas portas de vidro por aí”.

Recebido em: 14/11/2015 * Aprovado em: 14/12/2015 * Publicado em: 31/12/2015
